

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

Centro Universitário Unifacisa

Curso de Direito

Campina Grande – PB

RESUMO: O trabalho tem como objetivo mostrar como se manifesta o controle do trabalho docente em instituições privadas de ensino superior no contexto da acumulação flexível. O estudo está inserido nos marcos do debate sobre controle, dominação, resistência e consentimento no ambiente de trabalho. A pesquisa foi realizada nas instituições de ensino superior presencial privado de Campina Grande/PB, mediante entrevistas e pesquisa bibliográfica. Como resultado, pode-se destacar a existência de um ambiente de trabalho marcado por forte controle hierárquico, competitivo, com pouca autonomia dos docentes, grande instabilidade da relação de emprego e interferência do aluno cliente, traços que geram o controle pelas vias do medo alimentado entre os professores, fazendo com que esses se submetam a padronização, flexibilização e intensificação do trabalho, tornando-se os verdadeiros fiscais de si mesmos. O trabalho docente no ensino superior privado, portanto, tem natureza de trabalho não-clássico e produtivo, à medida que os professores, ao executar seu trabalho se inserem no processo de valorização do capital

que adota o conhecimento como mercadoria chave.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente, mercantilização, controle, resistência

ABSTRACT: This study aims to show how control of teaching work in private institutions of higher education in the context of flexible accumulation is manifested. The study is part of the debate on control, domination, resistance and consent in the work environment. The research was carried out in the institutions of private higher education of Campina Grande / PB, through interviews and bibliographical research. As a result, we can highlight the existence of a work environment marked by strong hierarchical control, competitive, with little autonomy of the teachers, great instability of the employment relation and interference of the client student, traits that generate the control by the routes of fear fed between teachers, causing them to submit to standardization, flexibilization and intensification of work, becoming the true tax of themselves. The teaching work in private higher education, therefore, has the nature of non-classic and productive work, as the teachers, in performing their work, are inserted in the capital appreciation process that adopts knowledge as a key commodity.

KEYWORDS: Teaching work, commodification, control, resistance

1 | INTRODUÇÃO

O empresariamento da educação e a invasão que o mercado vem operando no universo acadêmico deixa suas marcas mais visíveis no trabalho docente em instituições privadas de ensino superior. Setor de negócios relativamente novo, por ter se desenvolvido enquanto tal a partir dos anos 1990, o setor privado de ensino superior não tardou em introduzir os modos de gestão próprios dos setores mais avançados do capitalismo contemporâneo. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é traçar um panorama da situação do trabalho docente no ensino superior privado, inserido no contexto de transformações capitalistas. Parte integrante da tese de doutorado que tem como título “Trabalho docente do ensino superior privado em Campina Grande/PB: controle, resistência e formação de consentimento”, de modo específico, esse estudo contém as evidências de como se manifesta o controle no ambiente acadêmico privado em Campina Grande/PB.

Nesse estudo, o trabalho docente em instituições privadas do ensino superior foi observado nos marcos da Sociologia do Trabalho, especificamente inserido no debate sobre mecanismos de controle, dominação, resistência e consentimento no ambiente de trabalho, enfatizado por Gramsci (2008), Linhart (2007), Alves (2007, 2011), Amorim (2009), Antunes (2009, 2011) e Dejours (1992).

Para a elaboração de um quadro demonstrativo das relações e condições de trabalho docente no ensino superior, foram entrevistados 28 docentes, distribuídos entre docentes em exercício, egressos, coordenadores e ex-coordenadores. Ainda, buscou-se entrevistar professores de diferentes campos do saber, bem como aqueles que se dedicam ou não exclusivamente a profissão. Além da consulta e da pesquisa de campo, buscou-se trabalhar dados estatísticos e bibliográficos.

O texto está organizado de modo a expor, inicialmente, o modelo de gestão que vem sendo adotado nas instituições privadas de ensino superior, em seguida traça o perfil das funções docentes, para então, mostrar aspectos do controle do trabalho docente, o que oferecerá as bases para averiguar em que medida as instituições privadas de Campina Grande/PB adotam os novos paradigmas e como estes se refletem no cotidiano do trabalho docente.

2 | A GESTÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

Para abordar o modo de gestão que vem sendo adotado em instituições privadas de ensino superior, buscou-se artigos de professores envolvidos com direção e coordenação de cursos privados, bem como publicações de consultorias especializadas que indicassem os princípios da administração moderna propostos para gerir o ensino superior privado.

Nessa perspectiva, no início dos anos 2000, frente a capacidade ociosa que as

instituições privadas começavam a enfrentar, ainda no auge da expansão desordenada de instituições privadas na modalidade faculdades isoladas, Schwartzman & Schwartzman (2002) indicavam algumas estratégias empresariais que estavam sendo adotadas pelas instituições, entre elas: manter elevadas as vagas iniciais para compensar a evasão do final de curso, campanhas publicitárias; rebaixamento do valor das mensalidades; localização das unidades de ensino perto do trabalho ou da residência dos alunos e facilidades de ingresso, além da estratégia de crescimento acelerado e a busca de *status* de universidade que garantiria a autonomia frente à regulamentação do MEC.

Uma década depois, diante da realidade de oligopolização e desnacionalização do mercado, portanto, de acirramento da concorrência, as instituições privadas se viram obrigadas a adotar novas medidas, basicamente, estratégias empresariais voltadas para o marketing de relacionamento e novas formas de gestão dos recursos humanos.

No contexto educacional, portanto, o *marketing* envolve ações que delineiam programas voltados para o atendimento das necessidades e dos desejos do público-alvo. Assim, as instituições privadas investem muito no trato direto com o consumidor. Nesse sentido, os autores consideram que a marca, a embalagem (que corresponde à forma dos funcionários se vestirem), a disposição da mobília, salas de aula, biblioteca são fatores determinantes da escolha por uma instituição de ensino superior. (MARTINS et al., 2007). Além disso, implementam programas de captação de alunos, como as feiras de profissões e eventos de orientação vocacional para os alunos de ensino médio, potenciais alunos.

Com foco nos recursos humanos, Nassif & Hanashiro (2001), também gestoras de uma universidade privada paulista, entendem que o corpo docente se constitui no principal elemento da cadeia de valor, capaz de criar diferenciação difícil de ser imitada, por conseguinte, uma verdadeira fonte de vantagem competitiva. No mesmo sentido, para as consultorias especializadas em prestar serviços às instituições privadas, dentre elas, a Lobo & Associados, os docentes são o DNA de uma instituição de ensino, por isso deve haver uma correlação direta entre o valor da mensalidade e o valor da hora-aula paga ao professor (LOBO, 2003).

Diante desse quadro, a contratação de professores doutores em tempo integral pode incorrer em grandes perdas financeiras sem contrapartida acadêmica. Na perspectiva da consultora, um professor doutor não é garantia de bom ensino de graduação, da mesma forma que a contratação em tempo integral não garante que se instalem linhas de pesquisa de qualidade. Considera, portanto, ingenuidade acreditar que toda instituição deve ter uma carreira docente nos moldes da universidade pública independente da sua missão. (LOBO, 2003).

Por outro lado, é comum instituições privadas investirem em infraestrutura física, suas salas de aula geralmente são confortáveis, com material didático-pedagógico amplamente acessível, projetores de multimídia, computadores, TV's, ar condicionado.

Além disso, os laboratórios são sempre bem montados, e algumas possuem excelentes bibliotecas. Enfim, os princípios adotados na gestão do ensino superior privado não são próprios do mundo universitário, mas do mundo empresarial. Contrariamente, foram apontados fatores como bom relacionamento, disposição dos móveis e até a forma de os funcionários se vestirem como atributos de atratividade da “clientela”. Termos como *telemarketing*, mala direta, liderança, proatividade, fidelização, captação, controle, agora fazem parte de uma instituição de ensino superior, enquanto carreira docente, titulação, trabalho em tempo integral, desenvolvimento de pesquisa estão tendo seus valores questionados, até mesmo sendo atacados de forma direta enquanto padrão a ser adotado no ensino superior, como o faz Lobo (2003).

Reproduzindo relações capitalistas, portanto, aos professores é conferida a função de fonte de vantagem competitiva, conforme indicaram as proposições dos gestores, na verdade, uma ampliação das suas atribuições além dos critérios acadêmicos. Desse modo, não mais é suficiente que tenha boa formação e didática: é preciso que se relacione bem como o aluno, entendendo-o a ponto de mantê-lo na instituição, sentindo-se cúmplice da missão da empresa e ainda com aptidão para gestão, flexibilidade e adaptabilidade. Logo, novas formas de controle são requeridas, à medida que a categoria ainda é vista pelos gestores como de postura tradicional, corporativa, resistente a mudanças. Sendo assim, no próximo item, será caracterizado os docentes do ensino superior privado de Campina Grande/PB, para, em seguida, demonstrar como vem se dando o controle sobre essa força de trabalho.

3 | NOTAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

Em Campina Grande/PB, há oito instituições de ensino superior presenciais, dentre as quais duas públicas, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ao todo, são seis as instituições privadas que oferecem cursos presenciais em Campina Grande/PB; dentre estas, empresas locais e grupos regionais. A realidade local segue os parâmetros do país como um todo e do Nordeste, onde 87,4% e 82,25 das instituições de ensino superior são privadas, respectivamente.

De acordo com os dados do e-sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) fornecidos em 2014, atualmente há 4.074 funções docentes em exercício na cidade, sendo 2.400 homens (59%) e 1.674 mulheres (41%). Desse total, 79% (3.236) das funções docentes atuam no ensino público e 21% (838) no ensino privado. Apesar de minoritário em termos quantitativos, é no ensino público onde se concentra a maior quantidade de funções docentes em exercício, uma peculiaridade da cidade em relação ao resto do país, onde há o predomínio de quase 59% das funções docentes no setor privado. Segundo a organização acadêmica, o quadro da cidade

também diverge do país e da região Nordeste. Em Campina Grande/PB, os docentes se concentram nas universidades, 78%, estando 20% nas faculdades e 2% no Instituto Federal.

Em termos de regime de trabalho, nas instituições privadas a maior ocorrência é do tempo parcial, 40% dos contratos de trabalho, seguido pelo regime de contratação em tempo integral sem dedicação exclusiva (31%), pelo regime horista, 19%, e apenas 10% das funções docentes trabalhando com dedicação exclusiva.

No que diz respeito ao grau de formação, as funções docentes estão distribuídas de acordo com a realidade nacional, ou seja, concentração de doutores nas universidades públicas, 50% (1.577) e concentração de mestres e especialistas nas faculdades privadas, no total, 73% ou 609 mestres e especialistas, com apenas 27% das funções docentes de doutores (229).

Qualitativamente, percebeu-se que o quadro de docentes do ensino superior é bastante diversificado. Na verdade, neste setor, há uma mescla de professores que se dedicam exclusivamente à docência, os profissionais liberais que dão aula como atividade secundária, os servidores públicos da carreira jurídica que, respaldados pela Constituição Federal, exercem a docência (juizes, membros do Ministério Público, procuradores federais, oficiais de justiça etc.) e ainda os professores de universidades públicas, em exercício ou aposentados, que complementam renda nas instituições privadas.

As condições e relações de trabalho em instituições privadas de ensino superior começam a ser desenhadas pelas formas de padronização do trabalho docente que são implementadas a fim de - à semelhança dos preceitos seguidos pela gerência taylorista apontada por Braverman (1987) nas fábricas norte-americanas do início do século XX - dispor dos “tempos e movimentos” dos docentes, de modo a controlar o seu trabalho.

De maneira geral, nas instituições de ensino superior privadas de Campina Grande/PB, não foi encontrado o mesmo nível de padronização. Na verdade, práticas diretas de padronização aparecem de forma mais acentuada nos grandes grupos educacionais, nos quais os professores são atrelados à supervisão de uma gerência regional, desde a elaboração de programas de curso, ao material utilizado em sala de aula ou alteração de notas. Quanto a interferência direta da coordenação nas questões pedagógicas, um determinado docente desabafou: “Eu me sinto um Charles Chaplin engessado!” (informação verbal).

Outra característica marcante do ambiente de trabalho das instituições de ensino superior privadas é a centralização do processo decisório. Nesse sentido, as empresas educacionais não seguem o preceito dos modelos toyotistas, que pregam a participação de “colaboradores” como princípio, uma vez que a figura central do comando são os coordenadores de curso, os substitutos dos antigos bedéis, responsáveis por executar as mais variadas formas de controle da força de trabalho, não apenas no que diz respeito à forma de execução da prática docente, mas, principalmente, na imposição

de padrões de conduta a serem seguidos pelos professores, implantados de maneira tácita ou não no cotidiano das instituições.

Nas instituições privadas de Campina Grande, foi encontrada interferência hierárquica e o controle do trabalho docente exercidos das mais diversas formas: pela imposição de padrões e prazos ou pela interferência direta da pessoa do coordenador, através de visitas em salas de aula para investigar a conduta de determinados professores. Não obstante, há prática de fiscalização das direções, que “passeiam” pelos corredores, abrindo as portas das salas para ver se o professor cumpre ou não o horário de liberar os alunos; do mesmo modo que é bastante comum as instituições manterem alunos bolsistas para servirem de “informantes”. Segundo depoimento de ex-coordenador, uma “rede de fofocas” alimenta a tomada de decisão da direção, como por exemplo, no momento da contratação, o coordenador recebe currículos com observações em letras garrafais, indicando a possibilidade de contratação ou não, por exemplo: “não contratar; é sindicalista” ou “não contratar; é gay”. (informação verbal). Ainda é muito comum os diretores realizarem buscas nas redes sociais para se certificar do perfil do candidato (informação verbal).

Contudo, a maior desmedida do capital (Linhart, 2007) que atua no ensino superior privado reside na forma como a gestão se utiliza da instabilidade do emprego para controlar e disciplinar a força de trabalho docente. No contexto das instituições de ensino superior privadas, a instabilidade não reside apenas nas demissões, mas também na oscilação de carga horária entre um semestre e outro. O prazo mais longo que um professor de instituição privada pode vislumbrar é o final do semestre, pois nunca sabe se permanecerá no emprego ao término. Isto transforma os finais de semestre em momentos tensos, não apenas pelo excesso natural de atribuições acadêmicas nessa fase, mas também pelas incertezas vivenciadas pelos professores.

Essa situação, portanto, gera um verdadeiro jogo de perseguição, deixando os professores à mercê dos gostos e interesses das instâncias superiores. Perseguições contra uns representa favoritismo em relação a outros. De acordo com vários depoimentos, percebeu-se o quando não há uma política equânime em relação aos docentes. O tratamento é dado segundo a relação de cada um com as coordenações, seus vínculos anteriores e os interesses da instituição em utilizar pessoas bem conceituadas e cargos para fins mercadológicos.

Nesse contexto, de forma velada, as relações interpessoais dos docentes de instituições de ensino superior privadas são embasadas na desconfiança, o que é instigado pelo jogo de intrigas realizado pelas coordenações, a fim de incentivar a competitividade entre os docentes como forma de controle. Nos termos de Dejours (1992), as dificuldades de controle do trabalho no setor terciário demandou maior criatividade da gerência, no sentido de elaborar novas técnicas de comando a partir do estímulo à rivalidade e discriminação entre colegas, alimentadas por políticas paternalistas e pelo favoritismo dos chefes, justamente o que se percebeu nas instituições privadas de Campina Grande/PB.

O quadro de controle hierárquico é agravado pelo controle exercido pelo aluno cliente, processo que permite visualizar a dimensão interativa do trabalho não-clássico, caracterizada por incluir a relação direta com o cliente como elemento de controle sobre esse trabalho, a exemplo de outros ramos do setor de serviços, como as cadeias de *fast food*, analisadas por Toledo (2009, 2013). A preocupação da empresa educacional de não perder o cliente resvala diretamente no trabalho do professor e na qualidade do ensino, à medida que este deve “agradar” ao cliente. Forma-se, daí, um “pacto de mediocridade”, visando evitar problemas e temendo, em última instância, uma demissão, professores fingem que ensinam, enquanto os alunos, visando um diploma fácil e rápido, finge que aprendem.

Enfim, nas instituições privadas prevalece a “disciplina do medo” como forma de controle, a qual oferece aos coordenadores de curso um extraordinário poder de supervisão, como destaca Dejours (1992), criando as bases de um verdadeiro “sistema de espionagem”, no qual os empregados terminam por vigiar-se a si mesmos. Da mesma forma que oferece as bases para que o docente aceite as mais variadas formas de intensificação e flexibilização do seu trabalho, como dar aulas para turmas superlotadas (variando entre 70 a 115 alunos), conforme os depoimentos. Como também, aceitar orientação de trabalhos de conclusão de curso sem remuneração, participar de reuniões no período de férias, participar de campanhas publicitárias, promover eventos nos finais de semana, entre tantas outras atividades que vem sendo assumidas pelos professores além das tipicamente reconhecidas como atividade docente.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A NATUREZA DO TRABALHO DOCENTE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

Inicialmente, no contexto da acumulação flexível, o conhecimento é constituído como uma mercadoria chave, ao mesmo tempo em que a produção do conhecimento assumiu um cunho comercial (HARVEY, 2006). Nesses moldes, a burguesia encontra na perda de direitos sociais promovida pelo Estado um novo ramo de atuação, o ensino superior (NEVES & FERNANDES, 2002).

Por conseguinte, o setor de serviço, nele inserido o ensino superior privado, alcance relevância econômica que não permite mais ser considerado como forma de transição social, dele fazendo caso omissis, como sugeriu Marx (1978) ao analisar o contexto inicial do capitalismo. Mais conveniente se faz perceber esse setor nos termos de Braverman (1987), uma fonte de lucro para o capital, portanto, os serviços como mercadoria.

Enquanto mercadoria, seguindo a definição de Karl Marx na parte primeira do *Capital* (MARX, 2001), o ensino superior é a fonte de riqueza da burguesia de serviço educacional. Porém, no atual contexto, a educação satisfaz não apenas às

necessidades humanas do espírito, mas, principalmente, atende às necessidades de sobrevivência, pois, induzidas pelas ideologias da empregabilidade e competência, as pessoas buscam inserção no mercado de trabalho pela via da educação. O ensino superior, então, tornou-se fonte imperiosa de acesso ao mercado de trabalho, onde justamente se encontra seu valor de uso. Enquanto valor de troca, as mensalidades pagas possibilitam uma relação de equiparação entre a mercadoria ensino superior e qualquer outra mercadoria. Entretanto, quando se desvanece sua utilidade ou seu valor de troca, a mercadoria ensino superior aparece como fruto do trabalho humano abstrato, o que gera valor, não mais como bem público.

Nessa perspectiva, o trabalho do docente em instituições de ensino superior privadas assume o caráter de trabalho produtivo, que produz excedente acumulado por parte da nova burguesia de serviços. Na concepção de Marx (1978, p. 76), “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo”. O trabalho docente é comprado para que seja consumido como valor de uso, em que consiste a atividade de serviço. Não se materializa num produto, no entanto, seu processo de trabalho é consumo produtivo da sua força de trabalho e, em contrapartida, apenas reproduz o valor da sua força de trabalho.

Sendo assim, no interior das instituições privadas, prevalecem as relações de trabalho eminentemente capitalistas, onde se encontra uma mescla de traços tayloristas e toyotistas, por ser um trabalho não apenas assalariado, mas proletarizado, padronizado, precarizado, mas também flexibilizado e controlado pelas vias da interiorização dos valores da empresa pelo trabalhador.

O trabalho docente no setor privado do ensino superior ainda apresenta as dimensões do trabalho não-clássico, por ser simbólico, interativo e se sobrepor a outros espaços da vida do professor, permitindo inseri-lo na noção de classe trabalhadora ampliada de Toledo (2009, 2013). Logicamente, o trabalho docente respeita as peculiaridades que a extração da mais-valia do trabalho não-clássico requer, ou seja, dificuldades de padronização, por ainda haver um maior poder de manobra do professor que em outras categorias profissionais, porém, submetido às inovações da gerência toyotista, que expande o mais-trabalho controlando a subjetividade do docente através do que Dejours (1992) considera como neutralização prévia da mente.

Como examinado por Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (GRAMSCI, 2008), o capitalismo, em sua essência, conforma novos tipos de homens de acordo com a necessidade de cada contexto histórico, ampliando o mero controle do processo de trabalho para o controle das esferas mais íntimas da vida do trabalhador. No atual padrão de acumulação, o capital se espalha por todas as atividades econômicas, do mesmo modo que intensifica seu controle, agora, sobre a subjetividade da classe trabalhadora, processo que invade o setor educacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- _____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.
- _____. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.esp 01, p. 121-131, 2011. Disponível em: <<http://scielo.br>>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. 2 Quaderni Del Carcere. São Paulo: Hedra, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007 (Mundo do trabalho).
- LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **As políticas de gestão do corpo docente das IES privadas brasileiras**. Documento de trabalho 5/03. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior NUPES/USP, 2003. Disponível em: < >. Acesso em: 17 de outubro de 2013.
- MARTINS, Débora Cristina Lopes; OLIVEIRA, Ivanete da Rosa Silva de; MARTINS, Sandro José. A importância do marketing de relacionamento na gestão das instituições de ensino superior privadas. **Cadernos UniFOA**, ano 2, n. 4, p. 35-40, ago. 2007. Disponível em: < >. Acesso em: 17 out. 2013.
- MARX, Karl. **O capital – capítulo, livro I, capítulo VI inédito**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **O capital – capítulo, livro I, capítulo VI inédito**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NASSIF, Vânia Maria Jorge; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. A competitividade das universidades particulares à luz de uma visão baseada em recursos. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 95-114, 2001. Disponível em: < >. Acesso em: 11 nov. 2014.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley & FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. **O ensino superior privado como setor econômico**. 2002. Disponível em: < >. Acesso em: 25 mai. 2010.

TOLEDO, Enrique de La Garza, et al. Para um conceito ampliado de trabalho, de controle, de regulação e de construção social da ocupação: os “outros trabalhos”. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009a. (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

_____. Trabajo no clásico y flexibilidad. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, maio/agosto. 2013b. Disponível em: <http:// >. Acesso em: 24 jan. 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

